

FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Training for rural settlements in the Region of Integrated Development of the Federal District

Formación de los asentamientos rurales en la Región Integrada de Desarrollo del Distrito Federal

Marcelo Leles Romarco de Oliveiraⁱ
Universidade Federal de Viçosa

Resumo

Esse estudo procura trazer algumas questões referentes ao processo de ocupação e a formação de assentamentos rurais, na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Como estratégia metodológica foram realizadas pesquisas de campo em sete assentamentos rurais, quatro localizados na região Pé de Serra, no município de Padre Bernardo (GO) e três assentamentos no município de Buritis (MG). Para a coleta de dados foram aplicadas entrevistas com atores-chaves (lideranças do MST e representantes de sindicato dos trabalhadores rurais). Como resultado foi possível perceber por um lado, que a criação desses assentamentos nos municípios da RIDE é fruto das pressões exercidas pelos movimentos sociais e das transformações ocorridas nas últimas décadas na região. E, por outro, os assentamentos criados acabam gerando novas demandas de infraestrutura e serviços, atraindo investimentos públicos e privados para os municípios onde estes são inseridos. Desta forma, os assentamentos rurais, proporcionam uma nova territorialidade marcada pela revalorização do espaço rural.

Palavras-chave: assentamentos; RIDE; conflitos; migração; reforma agrária.

Abstract

This study seeks to bring some issues concerning the process of occupation and the formation of rural settlements in the Region Integrated Development of the Federal District and Environs (RIDE). The field research was held in seven rural settlements four located in the region Sierra Foot in the municipality of Padre Bernardo (GO) and three settlements in the municipality of Buritis (MG). It conducted also interviews with key informants (MST leaders and representatives of rural workers' union). As a result it observed on the one hand, that the creation of settlements in the municipalities of RIDE is the result of pressure from social movements and of transformations occurred in recent decades in the region. And on the other, hand settlements end up generating new demands for infrastructure and services, attract public and private investment to the municipalities where they are inserted. In this way, rural settlements provide a new territoriality marked by the revaluation of rural areas.

Keywords: settlements; RIDE; conflict; migration; agrarian reform.

Resumen

Este estudio pretende aportar algunas preguntas relativas al proceso de ocupación y la formación de asentamientos rurales de la Región Integrada de Desarrollo del Distrito Federal y Alrededores (RIDE). Como estrategia metodológica se llevaron a cabo investigaciones de campo en siete asentamientos rurales, cuatro en lo municipio de Padre Bernardo (GO) y tres asentamientos en el municipio de Buritis (MG). Para las entrevistas se llevaron a cabo la recolección de datos con los principales actores (líderes del MST, asentados y los representantes del sindicato de trabajadores rurales). Como resultado de ello se puso de manifiesto, por un lado, que la creación de estos asentamientos en los condados es el resultado de la presión de los movimientos sociales y las transformaciones en las últimas décadas en la región. Y por el otro, terminan generando nuevas demandas de infraestructura y servicios, atraer inversiones públicas y privadas en los municipios donde se insertan. De esta manera, los asentamientos rurales, proporcionar una nueva territorialidad marcada por la revalorización de las zonas rurales.

Palabras clave: asentamientos; RIDE; conflicto; la migración; la reforma agraria.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se fundamenta nos resultados da pesquisa realizada nos assentamentos rurais da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride entre os anos de 2001 e 2008. É importante destacar que a Ride é constituída pelo Distrito Federal, formado por Brasília e as

idades satélites, e por alguns municípios do estado de Minas Gerais e do estado de Goiás. Essa região ocupa uma área de 55.434,99 quilômetros quadrados e sua população é de mais de 3,7 milhões de habitantes (CODEPLAN, 2010).

Na região da pesquisa, diversos assentamentos foram criados no final da

década de 1990, por trabalhadores de origem rural que migraram de várias regiões do Brasil para trabalhar, principalmente, na prestação de serviços e na construção civil em Brasília, antes de chegarem aos assentamentos. Assim, depois de muitos anos ou até décadas morando nas cidades satélites do DF, vivendo em condições difíceis, a reforma agrária abriu espaço para esses migrantes ingressarem em movimentos sociais e conseguirem terra para trabalhar, no caso em pauta, em assentamentos rurais.

É importante destacar que, na região do entorno da capital brasileira, a luta pela terra não se deu de forma diferente das demais regiões brasileiras, principalmente por causa da sua localização estratégica, da estrutura fundiária, que beneficia os grandes especuladores de terras, e da monocultura modernizada associada à pecuária melhorada, que beneficiam as grandes propriedades. Além disso, o processo de redemocratização brasileiro possibilitou um cenário político-social favorável à formação de assentamentos rurais no Brasil. E, a partir do final da década de 1970, com mediadores ligados principalmente à igreja católica e posteriormente com o movimento sindical nos anos de 1980, a bandeira por reforma agrária passou a ganhar força e culminou com a ocupação de áreas improdutivas em diversos estados brasileiros.

Esses assentamentos rurais, segundo Leite et al. (2004), foram criados dentro da esfera das políticas públicas para designar o tipo de intervenção fundiária por parte do Estado, que envolve diversas ações como desapropriação de imóveis rurais, compra de terra e utilização de terras públicas para assentar posseiros, fixar trabalhadores ameaçados de expulsão de terra e de

trabalhadores organizados pelos diversos movimentos sociais. Ainda, segundo os autores, os diferentes tipos de intervenções implicam, por consequência, diferentes beneficiários tais como posseiros, filhos de produtores pauperizados, produtores autônomos, parceiros, assalariados rurais, atingidos por barragens, seringueiros, trabalhadores da periferia urbana com remota origem rural, aposentados, entre outros.

Nesse sentido, esse texto procura trazer determinadas reflexões referentes ao processo de ocupação e criação de assentamentos rurais na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

As primeiras visitas à região da pesquisa ocorreram em janeiro de 2001 e se estenderam ao longo do ano. Nessa época, fui convidado a trabalhar em dois Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) no município de Padre Bernardo no estado de Goiás. Esse convite foi feito pelo Grupo de Trabalho em Reforma Agrária da Universidade de Brasília em parceria com a superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Assim, a escolha do município partiu de uma demanda do Incra.

O PDA foi feito nos assentamentos Vereda I e Vereda II e tinha por finalidade elaborar, com a participação efetiva dos assentados, um plano que definiria as diretrizes para os assentamentos no curto, médio e longo prazo, traçando, assim, um planejamento para os assentamentos da região.

Posteriormente, os trabalhos nesses assentamentos se estenderam até 2007, já nesse caso para a coleta de dados para o meu mestrado e posteriormente para o doutorado.

Esses trabalhos incluíram dois outros assentamentos, num total de quatro assentamentos inseridos na amostra da pesquisa, ou seja, os assentamentos Vereda I, Vereda II, Boa Vista e Água Quente. Nestes quatro assentamentos, moram, aproximadamente, 450 famílias (TABELA 1).

Em 2008, voltei à região da Ride, município de Buritis, estado de Minas Gerais, para levantar informações sobre conflitos de terras neste município. Na ocasião, passei 20 dias na área, levantando informações junto aos assentados dos 15 assentamentos que existem no local. Durante as visitas, tive oportunidade de entrevistar lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do sindicato dos trabalhadores rurais e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf). Foi possível levantar que os assentamentos criados em Buritis (MG) foram organizados, sobretudo, pelo MST, mas, posteriormente, por divergências, a maior parte dos militantes se separou do MST, passando a fazer parte da Fetraf. Assim sendo, no município, durante os trabalhos de campo, existiam várias correntes de movimentos de luta pela terra atuando em Buritis.

Como estratégias metodológicas, foram realizadas pesquisas de campo em assentamentos rurais, localizados no

município de Padre Bernardo (GO) e Buritis (MG). Um dos caminhos escolhidos durante pesquisa foi discutir com os assentados e lideranças o processo de formação dos assentamentos na região da Ride, buscando compreender os principais desdobramentos dos conflitos de terras nesta área. Para isso, utilizei as entrevistas como ferramentas metodológicas de coleta de dados, por acreditar que seria possível perceber as expressões, tensões e estratégias, bem como os mecanismos que orientam o comportamento dos atores desse universo. Assim, neste trabalho, foram priorizados resultados de entrevistas realizadas com aproximadamente 48 assentados no município de Padre Bernardo: 22 do assentamento Vereda I¹, 11 do assentamento Vereda II, oito do Boa Vista e sete do Água Quente. Também foram realizadas entrevistas com três lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST na região do entorno, com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritis e da Fetraf, representantes da prefeitura de Buritis e, aproximadamente, 10 assentados no município de Buritis.

Outra fonte de informação foi o levantamento feito no banco de dados Projetos de Reforma Agrária, criado entre 1900 e 2010 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e nos Censos

Assentamentos	Número aproximado de Famílias	Área (ha)	Tamanho médio de cada <i>chácara</i> em ha	Data da desapropriação
Água Quente	66	2829,3041	28	17/12/1998
Boa Vista	145	4380,0339	15-17	17/12/1998
Vereda I	70	2063,7800	20	21/12/1999
Vereda II	163	3760,7900	12-15	23/08/2000
Total	444	13033,91		

TABELA 1 - Número de famílias e áreas dos assentamentos entrevistados.
Fonte: Oliveira (2007).

Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

UMA BREVE DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - RIDE

De acordo com Leite et al. (2004), um dos principais elementos para a dinâmica da ocupação da região conhecida hoje como o entorno do Distrito Federal foi a instalação de grandes fazendas de gados a partir do século XVII. O cerrado era propício ao desenvolvimento da pecuária extensiva. Além das fazendas de gado, em princípios do século XX houve um pequeno ciclo da borracha proveniente de espécies nativas do cerrado, o que favoreceu o processo de ocupação deste território.

Em meados do século XX, com a construção de Brasília e o estabelecimento de obras de infraestrutura necessárias à implantação da nova capital, ocorreu um acelerado crescimento, e a região tornou-se um novo polo de atração de migrantes.

Para Gouvêa (1998), a concepção urbanística de Brasília vinha ao encontro dos princípios modernistas da Carta de Atenas, em que a cidade e cada residência deveriam ser uma máquina de morar. Brasília foi idealizada de maneira a ordenar o espaço urbano como forma de combater a desordem da cidade tradicional e a dificuldade do controle social que existiam, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro. Criou-se, nesse processo, todo um racionalismo messiânico que, segundo o autor, escamoteava suas verdadeiras intenções, que eram de instrumentalizar o espaço e colocá-lo a serviço do capital. Dessa forma, Brasília nasceu como um símbolo de urbanismo quase perfeito de controle espacial e social.

É importante destacar que, com a construção da nova capital, foi deflagrado um processo migratório caracterizado por contingentes populacionais que se diferenciaram quanto à origem e à função desempenhada na nova cidade.

Assim, esses migrantes vinham principalmente do Nordeste brasileiro com objetivo de conseguir trabalho e acesso a bens públicos como saúde e educação. Portanto, migrar para Brasília era visto como uma alternativa para conseguir melhorar de vida, ou mesmo, um recomeço de vida em outro local, uma vez que essa visão de migrar era uma estratégia de reprodução adotada por esses atores que migraram aos montes para a nova capital (OLIVEIRA, 2002).

Em entrevistas realizadas com assentados que migraram para Brasília na década de 1960, um entrevistado explicou os motivos que o fizeram vir para a nova capital:

O motivo de eu sair de casa foi a influência de Brasília. A influência era muito grande. Aí eu resolvi e eu falei com papai. E havia umas empresas que formavam os paus de arara, que davam a passagem para a gente ir e o dinheiro das despesas na estrada para gente vir trabalhar na construção. Foi por isso que eu resolvi vir embora pra cá (...). Foi caçar melhorar de vida, porque lá nunca houve melhora de vida, porque o Nordeste só é bom para quem tem dinheiro e nunca saiu de lá. Porque, mesmo quem tem dinheiro e sai de lá para vir para o Sul, acha coisa melhor. (...). E a imagem de Brasília que eu tinha era das pessoas que vieram pra cá em 1957, que voltavam para o Ceará e falavam que Brasília era muito bom. Era o lugar de ganhar dinheiro, que tinha recurso [saúde e serviços]. Então a imagem que eu tive foi a de melhorar de situação, é por isso que eu me afastei da minha terra, dos meus pais. Foi para melhorar a minha situação.

Ano	Homens	Mulheres	População Total
1960	87.202	52.963	140.165
1970	270.389	267.103	537.492
1980	573.724	603.211	1.176.935
1991	768.550	832.544	1.601.094
1996	873.914	948.032	1.821.946
2000	977.781	1.065.388	2.043.169
2010	1.228.880	1.341.280	2.570.160

TABELA 2 - Evolução do número de habitantes em Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010).

Quer dizer, quando eu cheguei a Brasília, eu comecei a ganhar dinheiro, coisa que eu não tinha no Ceará. [Sr. A, veio para Brasília em 1959, com 20 anos, trabalhar na construção civil].

Mas, para aqueles que se deslocaram de seus locais de origem para construir Brasília, restou-lhes apenas o apelido de candangos e, para muitos, o sonho do Eldorado não se realizou. Na década de 1990, a região se consolidou como grande aglutinadora de mão de obra, em especial de nordestinos, que vinham em busca de emprego e de acesso a serviços públicos.

Prevista para abrigar cerca de 600 mil habitantes, o Distrito Federal chegou ao ano de 2010 com mais de dois milhões e meio de habitantes e uma taxa geométrica de crescimento na casa de 1,81%, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) (TABELA 2).

Segundo dados da Codeplan (2010), do total de habitantes de Brasília em 2008, 1.236.000 eram migrantes, oriundos em sua maioria de estados das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. Para facilitar a administração do Distrito Federal, o governo criou em 1964 regiões administrativas, também conhecidas como cidades satélite².

A delimitação mais abrangente do entorno do Distrito Federal se refere à Ride, região que abrange o Distrito Federal, 19

municípios do estado de Goiás (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa) e três municípios do Estado de Minas Gerais (Unaí, Buritis e Cabeceira Grande) (CODEPLAN, 2010) (FIGURA 1).

Esses municípios, segundo Aguiar et al. (1994), tiveram sua organização produtiva centrada na agricultura. As demais formas de produção da região estão direcionadas para a exploração de recursos naturais existentes e o beneficiamento de matérias-primas com atividades como olaria, serrarias, carvoarias e a extração de areia. Além da extração de pedras em Pirenópolis e de calcário em Corumbá de Goiás, há grande número de agroindústrias em Pirenópolis e Formosa, que produzem derivados de leite, carne e cana-de-açúcar.

Gouvêa (1998) constatou em estudo realizado nas cidades satélites do Gama e do Guará que a migração para Brasília estava diretamente relacionada com a situação difícil que o migrante encontrava em seu local de origem. Constatou também que a vinda para Brasília tinha como objetivos principais a busca de emprego e melhores condições de assistência médica, que, na maioria das vezes,

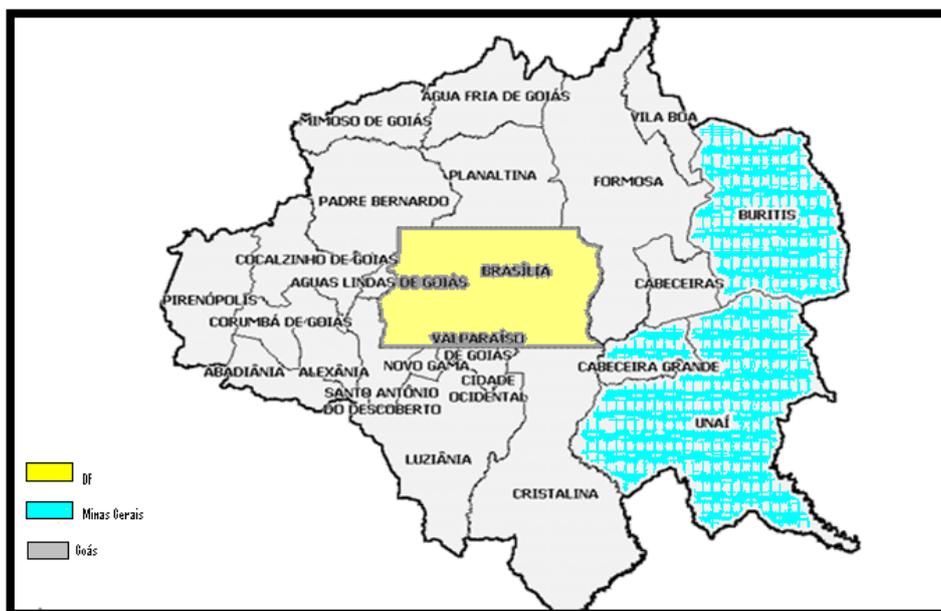


FIGURA 1 - Divisão Política Administrativa da Ride.
Fonte: Codeplan (2010).

apesar das deficiências dos serviços prestados em educação e saúde em Brasília, eles ainda eram muito superiores aos prestados na maioria das regiões do país.

Além disso, o crescimento da população nos municípios da Ride se deve ao fato de muitos migrantes, por não encontrarem trabalho ou por não terem local para morar em Brasília, por causa do alto custo dos aluguéis e da estrutura rígida da legislação urbana do DF, que dificultam a fixação das camadas menos favorecidas em seu território, serem obrigados a se deslocar para os municípios que fazem parte da Ride.

Exemplo dessa situação é a cidade de Luziânia, localizada a 58 km do DF, com uma população estimada em 214.000 habitantes em 2008. Este município é considerado uma cidade dormitório, ou seja, muitos de seus habitantes trabalham no DF e residem no município por causa dos preços mais baratos, sobretudo, dos aluguéis.

Para Fernandes e Cordeiro (1997), essa migração para as regiões do entorno acaba provocando pressão sobre certos serviços de

atendimento público, como os de saúde e educação. Assim, além da responsabilidade com a população local, o Distrito Federal passou a atender, também, os migrantes que vêm em busca de emprego, serviços de saúde, educação, entre outros serviços.

Nesse sentido, dados da Codeplan, referentes ao ano de 2008, apontaram que cerca de 52% da população localizada na Ride procura os hospitais do DF, mais de 20% da população utiliza os postos de saúde do DF e cerca de 32% trabalha no DF, mostrando como a capital federal polariza a região.

Esse deslocamento de populações para a região agrava as condições de vida dos moradores do entorno e de Brasília, visto que não há investimentos suficientes por parte dos estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal em infraestrutura e nos setores produtivos de tais municípios para absorver essa demanda de mão de obra excedente que chega à região. A saída para essa situação, para muitas famílias, é procurar se estabelecer em assentamentos rurais nos municípios da Ride.

A LUTA POR TERRA NA RIDE E OS ASSENTAMENTOS RURAIS

Na região da Ride, a luta pela terra se deu sobretudo por causa da sua localização estratégica, da estrutura fundiária que beneficia até hoje os grandes especuladores de terras e da monocultura modernizada, associada à pecuária, que favorecem as grandes propriedades. Neste sentido, observa-se um cenário propício para o surgimento das ocupações de terras que vão ser deflagradas na década de 1990.

Leite et al. (2004) apontam que o descompasso promovido pela modernização da agricultura, a abertura da fronteira agrícola na região e o fim da política de crédito rural subsidiado, aliados à redemocratização do Brasil, favoreceram um panorama propício ao acirramento dos conflitos agrários na região da Ride.

Estudos conduzidos por Aguiar et al. (1994) mostraram que nos municípios localizados na Ride, principalmente em Cristalina e Padre Bernardo onde há predominância da agricultura centrada na monocultura, são verificados sérios danos ao meio ambiente pelo uso excessivo de agrotóxico, manejo inadequado do solo e utilização de tecnologias poupadoras de mão de obra, forçando o deslocamento da

população rural para as áreas urbanas da região. Segundo os mesmos autores, são cada vez mais frequentes os sítios de lazer no entorno, substituindo áreas de agricultura de subsistência, consideradas essenciais para a região, por manter um equilíbrio mais compatível com o meio ambiente, além de contribuir para que parte da população rural permaneça no campo.

Paralelamente a essa questão fundiária, o Distrito Federal passou grande parte da década de 1990 com taxas muito elevadas de desemprego, tendo como destaque o ano de 1998, em que a taxa de 19,50% foi a maior de todo o período, afetando principalmente o trabalhador de baixa renda e/ou com pouca qualificação. O Gráfico 1 mostra a série histórica do desemprego no DF de 1992 a 1998.

De acordo com Oliveira (2007), todos esses fatores acabaram servindo de incentivo para que a luta pela terra fosse intensificada na última década do século XX na Ride. Desta forma, grande parte desses trabalhadores, depois de anos ou até décadas morando nas cidades satélites de Brasília ou em municípios pertencentes à Ride, descobrem que o sonho do Eldorado acaba não acontecendo, tendo resolvido buscar, por meio da organização de movimentos populares, condições mínimas de cidadania, ingressando na luta pela terra.

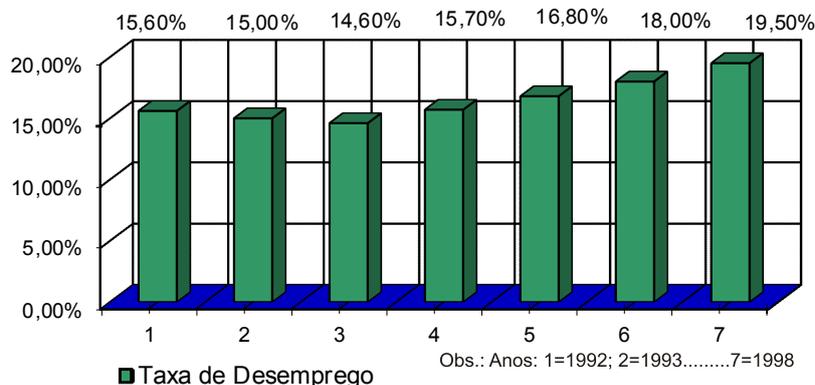


GRÁFICO 01 - Taxa média de desemprego no DF de 1992 a 1998.

Fonte: Oliveira (2002).

Em muitos municípios da Ride, como Padre Bernardo, o marco da luta pela terra foi o ano de 1998, quando lideranças, sobretudo do MST, começaram a trabalhar na periferia de Brasília, organizando famílias para participar das ocupações em fazendas consideradas improdutivas nos municípios da Ride. Foi o caso das fazendas Boa Vista, Buriti da Espingarda, Capão do Chiqueiro, Vereda e Serra Feia que, posteriormente, se transformaram nos assentamentos Boa Vista, Água Quente, Vereda I e Vereda II no

município de Padre Bernardo. A Figura 2 mostra uma foto de famílias acampadas na fazenda Vereda, no município de Padre Bernardo (GO). Neste local, foram assentadas 150 famílias no assentamento denominado Vereda II.

Assim, o aumento do número de ocupações de terras na região e as pressões dos movimentos de luta pelo espaço contribuíram para que o governo federal no ano de 1997 criasse na região, através do Incra, a Superintendência Regional do Distrito Federal



FIGURA 2 – Acampamento na fazenda Vereda, município de Padre Bernardo-GO. Durante a elaboração do PDA. Fotografado pela equipe do PDA.

e Entorno (SR-28)³, por considerar que a falta de estrutura e o aumento dos conflitos agrários na região estavam prejudicando o processo de reforma agrária na região do DF e do entorno (INCRA, 1997). Assim, o Incra criou uma superintendência com autonomia para atender a seguinte região:

I - Alterar, até ulterior deliberação, para Superintendência Regional do Tipo II, a estrutura atual da Unidade Avançada do Distrito Federal e Entorno, vinculada à Superintendência de Goiás, que passa a denominar-se Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno - SR(28), com jurisdição abrangendo as

áreas de atuação do Distrito Federal, os municípios do Estado de Goiás: Água Fria, Águas Lindas, Alexânia, Alvorada do Norte, Alto Paraíso, Buritinópolis, Cabeceiras, Campos Belos, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho, Colinas do Sul, Corumbá de Goiás, Cristalina, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Formosa, Guarani de Goiás, Iaciára, Luziânia, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Mimoso de Goiás, Nova Roma, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Posse, São Domingos, São João D'Aliação, Santo Antônio do Descoberto, Simolândia, Sítio da Abadia, Teresina de Goiás, Vila Boa e Valparaíso, os municípios do Estado de Minas Gerais: Arinos, Buritis, Formoso e

Unaí. (BRASIL-IN CRA, SEÇÃO 1, 30863, 23/12/1997).

Segundo Oliveira (2006), em outubro de 2004, na posse do Superintendente Regional do Inca, SR (28), o presidente do Instituto, Rolf Hackbart, em seu discurso, afirmou que a região do entorno do Distrito Federal é considerada uma das regiões mais delicadas do país e um dos principais desafios a serem enfrentados pelo Inca. Segundo o autor, o argumento apontado pelo presidente do Inca estava associado ao avanço dos grãos, à valorização do preço da soja, aos complexos agroindústrias instalados próximos à capital federal e à atração de migrantes oriundos das mais diversas regiões do país em busca de trabalho em Brasília. Ainda em seu discurso,

Rolf considera o entorno do DF uma região “explosiva⁴”, o que favorece em muito os conflitos agrários na região. Isso se deve principalmente à estrutura fundiária, à grande valorização das terras pela especulação imobiliária, à monocultura dos grãos e à intensa migração de pessoas em busca de trabalho e terras na região (OLIVEIRA, 2006: 103).

Com esse ato, o governo criou uma Superintendência destinada a cuidar desse impasse com objetivo de amenizar a situação fundiária da região do DF e do entorno. Esta Superintendência incorporou Brasília, municípios localizados no entorno, no estado de Goiás, e municípios do noroeste do Estado de Minas Gerais.

Segundo dados do Inca (2010), entre os anos de 1997 e 2010, foram criados na SR (28), 145 assentamentos⁵, com 11.219 famílias assentadas, em 27 municípios dos estados de Goiás, Minas Gerais e em Brasília. Entre os

municípios que mais receberam assentamentos neste período destacam-se: Unaí (MG) com 23 assentamentos; Flores de Goiás (GO) com 18 assentamentos; Formoso (GO) com 18 assentamentos; e Buritis (MG) com 15 assentamentos.

É importante destacar que só nos três primeiros anos após a criação da SR-28 foram assentadas 4.652 famílias e criados 61 assentamentos, com destaque para o ano de 1999, período em que mais foram criados assentamentos na área de atuação dessa superintendência, ou seja, 25 assentamentos. A criação de assentamentos nos primeiros anos da SR-28 estava associada, por um lado, a dar uma resposta imediata aos movimentos sociais que promoviam as ocupações, além de ser uma forma de amenizar as tensões provocadas por estas ocupações. E, por outro, existia o discurso do cumprimento de metas quantitativas que a recém-criada superintendência precisava cumprir. Assim, a preocupação era com a quantidade e não com a qualidade dos assentamentos, o que proporcionou desistência de muitas famílias, fraudes e contribuiu para a rotatividade nos assentamentos da região.

Já no governo do Presidente Lula, o número de assentamentos criados pela SR-28 foi menor, tendo como destaque o ano de 2005, com 16 assentamentos constituídos. Nesse período, a preocupação era consolidar os assentamentos já criados. Entretanto, segundo as entrevistas realizadas com os assentados no município de Padre Bernardo, as dificuldades encontradas nos primeiros anos dos assentamentos ainda persistiam, principalmente no que diz respeito à falta de assistência técnica, infraestrutura e produção insuficiente para gerar excedente a ser

comercializado.

Assim sendo, em abril de 2009, o MST promoveu diversas mobilizações no país denominadas Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, reivindicando, entre outras coisas, a manutenção do orçamento previsto para o Incra em 2009, que era R\$ 957 milhões para desapropriação e que havia sido reduzido em 41%, baixando o orçamento para R\$561 milhões; e a manutenção dos recursos aprovados para assistência técnica às famílias assentadas, que eram de R\$ 224 milhões, mas que haviam sido reduzidos para R\$135 milhões.

Na região da Ride, a pauta de reivindicação do movimento era assentar 1.800 famílias que se encontravam acampadas na região e, que, segundo o MST (2011), já estavam nessa situação há muitos anos. A Figura 3 mostra algumas barracas ocupando uma área próxima à rodovia - DF 240 (Brasília), a poucos quilômetros do Palácio do Planalto.

A pouco mais de 150 quilômetros de Brasília, na região do município mineiro de Unai, por exemplo, existem cerca de 200 famílias do acampamento Índio Galdino que

aguardam há mais de sete anos serem assentadas. Outras reivindicações se baseavam, também, sobre as garantias dos serviços de assistência técnica para 1.200 famílias já assentadas, assim como investimentos em educação, recuperação de assentamentos e reestruturação da Superintendência Regional SR (28) (MST, 2011).

Já em relação à decisão de esses trabalhadores migrarem para os assentamentos, foi possível observar que três fatores foram fundamentais para que essas pessoas entrassem na luta pela terra na região ora citada. É importante ressaltar que a ordem em que estão colocados esses fatores não obedece a critério de importância, pois a decisão de ir para o acampamento é resultante do somatório dos três fatores.

O primeiro fator é a falta de perspectiva em relação ao mercado de trabalho, ou seja, a especialização do mercado de trabalho e a exigência de profissionais mais qualificados fizeram com que muitos trabalhadores que moravam no entorno do DF fossem excluídos do mercado, uma vez que muitos têm baixa



FIGURA 3 - Acampamento Irmã Dorothy, rodovia - DF 240 (Brasília), dezembro de 2006. Fotografado pelo autor.

escolaridade. Além disso, em muitas situações, esses trabalhadores já tinham uma média de idade avançada, ou seja, mais de 50 anos, o que contribui para que fiquem fora do mercado de trabalho. A fala de dois assentados ajuda a ilustrar essa dificuldade em arranjar emprego,

Eu fiquei desempregado em 1995, tinha mais de 50 anos. Depois disso, não consegui mais fichar. A mulher continuava com o serviço dela e ganhava uns troquinhos e eu ia ficava dentro de casa comendo às custas da mulher, brigando, discutindo, porque mulher quando vê o homem dentro de casa à toa, ela fica apavorada e manda você caçar o que fazer. Aí foi por isso que eu resolvi procurar os sem-terras para conseguir uma terra para pelo menos plantar e ter o que comer como de fato estou conseguindo fazer. (Sr. AD, 2004).

Eu vim para Brasília novo, saí do Maranhão com 18 anos em 1967, trabalhei em obra e tudo mais e o meu último emprego com carteira que eu tive foi trabalhando de eletricista numa empresa terceirizada, que prestava serviço no Banco do Brasil e no Banco Central, trabalhei muito tempo nessa empresa. Depois eles mandaram muita gente embora inclusive eu. Aí fui fazendo bico, até que um dia num bar na Ceilândia fiquei sabendo que estava organizando uma ocupação em Flores de Goiás. Aí um amigo meu me disse para ir para lá. Quando cheguei lá, já não tinha mais vaga e me mandaram para ocupação aqui em Padre Bernardo (...). Isso foi em 1998. (Sr. AB, 2001).

O segundo fator identificado na pesquisa está relacionado ao aumento da violência nas cidades satélites do Distrito Federal, sobretudo com assaltos, assassinatos e tráfico. Nesse sentido, Waiselfisz (2011) aponta que no ano de 2000 o Distrito Federal ocupava a sétima posição na taxa de homicídio entre as 27

regiões metropolitanas pesquisadas.

Essa realidade acabou estimulando essas pessoas a procurar viver nas zonas rurais, que, supostamente, seriam locais mais tranquilos. Essa constatação pode ser observada na fala de dois entrevistados:

Em 1995, eu vinha do serviço e vinha na frente. Eu peguei uma carona com um colega. Aí foi quando os vagabundos me pegaram para assaltar e na época me levaram uns 20 contos. Acho que na época era R\$ 20,00. Eu usava uns cordões de michelin. Levaram e me deram um tiro no pescoço e depois deram mais dois tiros. Não morri mesmo porque não chegou o dia. (Sr. F, 2004).

Eu nem quero mais saber de cidade. Hoje até os jovens estão desempregados e outra é porque na cidade tem muito vagabundo. Nós dormimos presos e eles ficam soltos, (...) De noite você está deitado e você só vê o zunido de bala, barulho da patrulha da polícia e grito de nego morrendo, ou levando chumbo, ou levando peia. Aqui eu não escuto nada disso, graças a Deus. (Sr. A, 2001).

E por último, conforme foi possível constatar, seria a vontade de possuir um pedaço de terra, fato presente desde o início do processo migratório dessas pessoas. É bom ressaltar que muitos migraram para a cidade com o objetivo de juntar dinheiro para conseguir comprar um pedaço de terra em sua cidade natal. Desta forma, participar do processo de ocupações de terra na região surgiu como a possibilidade de realizar esse desejo. Sobre esse desejo, um entrevistado do assentamento Vereda I explica.

Eu nasci na roça e sempre eu procurava voltar pra roça. Morava na cidade e tudo, mas o meu pensamento era sempre voltado pra roça, porque na cidade eu

nunca consegui coisa de vantagem, também eu sempre era na luta. Então eu, várias vezes eu saí pra roça, eu dizia: vou tentar na roça agora pra vê se dava certo. Aí eu ia, lutava, e depois acabava não indo pra frente também. Aí eu voltava para a cidade, outra temporada. Pegava, dava outra temporada, voltava para a roça de novo. Essa aqui está parecendo que é a última tentativa, é aqui mesmo. Daqui eu fico até a minha morte. (Sr. B, 2001).

Também é possível constatar que algumas famílias que participaram dessas ocupações eram formadas por posseiros ou colonos que trabalhavam em fazendas da região e viram nas ocupações de terra a possibilidade de conseguir ter a sua própria terra. Este fato é possível observar pelo depoimento de uma posseira na fazenda Serra Feia, no município de Padre Bernardo.

Eu trabalhei para o finado dono da fazenda, trabalhei para ele de posseira mais de 20 anos. Quando ele morreu, a fazenda ficou abandonada, porque os filhos moravam em Goiânia, só depois que eles arrendaram para um criador de gado. Eu fui ficando depois que chegou os sem-terra, eles me deixaram escolher um pedaço aqui no assentamento. (Sra. MR, trabalhou por muitos anos na fazenda sem receber nenhuma indenização, 2001)

Destaca-se ainda que, em alguns casos, a ocupação de terras na região foi estimulada por fazendeiros que procuravam os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, propondo a ocupação de sua propriedade. O objetivo era que, ocupadas as fazendas, as indenizações pagas pelo Incra seriam superiores aos preços de mercado, o que acabava provocando especulação com a terra na Ride.

Dansas (2008), estudando assentamentos

na Ride, também observou situação semelhante a esta, ou seja, no município mineiro de Unaí, no qual propriedades foram ocupadas pelo estímulo dos “donos de terras que, para se livrarem de suas propriedades sem prejuízos, incitaram seus agregados e lideranças locais a ocupar as fazendas, começando, assim, negociações vantajosas com o Estado” (DANSAS, 2008, p 101). Essa situação talvez ajude a entender por que Unaí foi o município com o maior número de assentamentos criados na Ride.

Outra informação importante sobre os trabalhadores que resolveram ingressar na luta pela terra foi a possibilidade de conseguir créditos do Pronaf, que poderiam ser utilizados em outros empreendimentos. Nesse sentido, um entrevistado do assentamento Vereda I, localizado no município de Padre Bernardo, explicou que havia gasto parte do seu crédito na melhoria e reforma da sua oficina de consertos de geladeiras e refrigeradores, que se encontrava na cidade satélite de Ceilândia. Essa estratégia, segundo ele, foi necessária porque o banco jamais lhe daria o empréstimo para que ele fizesse essa reforma, e com o dinheiro do Pronaf, isso foi possível. Sem fazer juízo de valor, esse caso mostra que a possibilidade ao acesso a créditos da reforma agrária proporciona a esses atores estratégias de sobrevivências.

Outra constatação que a pesquisa nos permite apontar é que os assentamentos têm contribuído para a manutenção das populações rurais no campo e para a fixação da população nos municípios menores da Ride pela dinamização da agricultura, sem falar da redistribuição da terra. Nessa perspectiva, Leite e Medeiros et al. (2004) descrevem as transformações econômicas, demográficas,

políticas e culturais promovidas pelos assentamentos nos territórios onde são constituídos.

Nesse sentido, na área da SR (28), é possível observar que a criação de assentamentos contribuiu para o aumento da população nos municípios, sobretudo, naqueles municípios menores, como, por exemplo, Buritis (MG), que tinha uma população em 1996 de 19.726 habitantes, passando em 2010, para 22.737 habitantes; e Flores de Goiás (GO), que contava com uma população de 5.350 habitantes, em 1996, passando para 12.066 habitantes, segundo dados do último Censo Demográfico do IBGE (2010).

É importante destacar que com a criação desses municípios há possibilidade de alteração da política local. Nessa perspectiva, Bénédict (2004), ao analisar a implantação de assentamentos rurais em municípios do Rio Grande do Sul - RS, concluiu que as alterações demográficas promovidas pelos assentamentos rurais no plano local se refletem diretamente no colégio eleitoral dos municípios, sobretudo, naqueles municípios menores. Esses novos elementos sugerem uma nova organização sociopolítica nesses territórios.

Já para David e Correa (2006), a implantação de assentamentos rurais em regiões economicamente estagnadas tem se mostrado uma política de desenvolvimento rural⁶, que proporciona a redistribuição da estrutura fundiária, o fortalecimento da produção familiar, agrícola ou não agrícola, além de possibilitar uma reorganização e valorização do espaço rural, contribuindo para a melhoria das condições de vida na região de criação de um assentamento. Para os autores,

essa política de desenvolvimento rural promovida pelos assentamentos traz benefícios não só para agricultura, mas também para as pequenas cidades, que, de uma maneira geral, estão ligadas ao mundo rural. Entre estes benefícios, estão inseridos, saúde, educação, energia elétrica, saneamento básico, entre outros, considerados essenciais para que haja melhorias das condições de vida das populações.

No entanto, é importante destacar que em muitas situações os municípios não se encontram preparados para atender as demandas levantadas por esses assentamentos. Sobre essa questão, o Secretário de Educação de Padre Bernardo, no ano de 2007, apontou um aumento repentino na demanda de alunos nos serviços de educação da cidade, alegando que o município não estava preparado para atender esse aumento. Essa realidade faz com que, dependendo do nível de organização dos assentados, essas demandas sejam reivindicadas, o que contribui para toda uma rearticulação política destes municípios e para o surgimento de novos atores políticos e novas forças produtivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve por objetivo trazer algumas reflexões referentes ao processo de formação de assentamentos rurais na Ride. Deste modo, foi possível perceber que as pressões exercidas pelos movimentos sociais de luta pela terra no final do século passado, juntamente com as mudanças no mercado de trabalho que provocaram um aumento do desemprego, atrelado ao grande número de migrantes na região, foram fundamentais para que ocorresse uma nova configuração nesse espaço pela constituição de

assentamentos rurais na região, contribuindo para que muitos trabalhadores que viviam na cidade voltassem ao campo.

Além disso, o universo da pesquisa demonstrou a importância que os assentamentos rurais trazem tanto para as famílias beneficiadas pelos programas, como para a Ride, contribuindo para uma nova configuração nesse espaço através da distribuição da terra, da diversificação da produção, das mudanças das relações socioeconômicas e da geração de emprego.

Ressalta-se ainda que a criação desses assentamentos nos municípios da Ride, por um lado, acaba gerando novas demandas de infraestrutura e serviços, por outro, atrai investimentos públicos e privados para a região onde estão localizados. Desta forma, os assentamentos rurais proporcionam uma nova territorialidade marcada pela revalorização do espaço rural, apesar de muitos municípios não estarem preparados para receber esses assentamentos.

NOTAS

¹ Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

E-mail: mlromarco@yahoo.com.br

¹ O maior número de assentados entrevistados individualmente ter sido do Vereda I, deveu-se a maior presença minha nesse assentamento.

² Em 2010 eram 30 regiões administrativas (ANEXO).

³ No Brasil, até setembro de 2011, existiam 30 Superintendências Regionais, constituindo

órgãos descentralizados, responsáveis pela coordenação e execução das ações do Incra nos estados. Assim, esses órgãos são responsáveis por gerenciar, executar e fiscalizar a política de reforma agrária, bem como as demandas necessárias relativas às questões fundiárias nas suas respectivas regiões.

⁴ Em seminário realizado em maio de 2006, no CPDA, Rolf reiterou a problemática da região do entorno, definindo-a como explosiva e delicada.

⁵ É importante destacar que atualmente existem na SR (28) 172 assentamentos, sendo 27 criados antes de 1997.

⁶ Os autores trabalham com a ideia de que o desenvolvimento rural, numa perspectiva da reforma agrária, pode contribuir para um processo dinamizador e catalisador das oportunidades existentes no território brasileiro.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Tereza Coni; MAGUAGO, Angélica Alves; BARRUCHO, Roberto de Castro Nóbrega; et al. O entorno do Distrito Federal: no espaço e desordem ambiental. In: *Anais... Brasília: IX Encontro*. 1994. v.2. pp.131-141.

BENEDIT, Adriane Cristine. Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. In: MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio (org.). *Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional*. Rio de Janeiro, Muad. 2004. pp.53-96.

BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Resolução n.º 138, 22 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a criação da Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno-SR(28), com jurisdição abrangendo as áreas de atuação do Distrito Federal e municípios do Entorno. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*,

Brasília, n.52, p.30863, 23 dez. 1997. Seção 1.

CODEPLAN - Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. *Distrito Federal Síntese de informações Socioeconômicas*. Seduma, Brasília-DF, 2010.

DANSAS, Claudia Valéria de Assis. *Educação do campo e desenvolvimento sustentável na região do sertão mineiro goiano: a contribuição do curso técnico em agropecuária e desenvolvimentos sustentável da escola agrícola de Unai-MG para jovens assentados de reforma agrária*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2008.

DAVID, Cesar; CORREA, Walquíria Kruger. Desenvolvimento regional e agricultura familiar: perspectivas dos assentamentos rurais em Canguçu - RS. *Anais... Quito Equador: Associação Latino Americana de Sociologia Rural - ALASRUR. VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. GT 05, 2006.*

FERNANDES, Durval; CORDEIRO, Lucilene Dias. Notas sobre o entorno do Distrito Federal. *Anais... I Encontro de Demografia da Região Centro-Oeste, 1997*. Disponível: <www.codeplan.df.gov.br/pesquisas/nep/publicacoes/cadernos/pgd-encontro-notas-entorno.htm>. Acessado em out./2006.

GOUVEA, Luiz Alberto. A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, Aldo (Org). *A conquista da cidade movimentos populares em Brasília*. Brasília, UnB, 1998. pp.75-96.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Contagem populacional de 1996*. Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Contagem da Populacao 1996/Populacao Residente/](http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Contagem da Populacao 1996/Populacao Residente/)>. Acessado em setembro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico de 2010*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado em setembro de 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação*. Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/questao-fundiaria/assentamentos_2001_a_2010.pdf. Acessado em setembro de 2011.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde, PALMEIRAS, Moacir. et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo, Editora da UNESP. 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). *Jornada de lutas pela reforma Agrária 2009*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/book/export/html/3>>. Acessado em setembro de 2011.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de Oliveira. *Trajetórias de migrantes para Brasília e assentamentos rurais: O caso do Vereda I*. Dissertação de mestrado em Extensão Rural. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2002.

_____. Um olhar sobre os assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal. *Caminhos de Geografia*, v. 6, n. 19, out. 2006. pp.102-112.

_____. *Retratos de assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

WASELFISZ, Júlio. Jacobo. *Mapa da Violência 2012 Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil*. Instituto Sangari: São Paulo, 2011.

ANEXO

Regiões Administrativas e habitantes do Distrito Federal em 2004

Regional	Cidade Satélite	Número de Habitantes
RA - I	Plano Piloto	198.906
RA - II	Gama	112.019
RA - III	Taguatinga	223.452
RA - IV	Brazilândia	48.958
RA - V	Sobradinho	61.290
RA - VI	Planaltina	141.097
RA - VII	Paranoá	39.630
RA - VIII	Núcleo Bandeirante	22.688
RA - IX	Ceilândia	332.455
RA - X	Guará	112.989
RA - XI	Cruzeiro	40.934
RA - XII	Samambaia	147.907
RA - XIII	Santa Maria	89.721
RA - XIV	São Sebastião	69.469
RA - XV	Recanto das Emas	102.271
RA - XVI	Lago Sul	24.406
RA - XVII	Riacho Fundo	26.093
RA - XVIII	Lago Norte	23.000
RA - XIX	Candangolândia	13.660
RA - XX	Águas Claras	46.623
RA-XXI	Riacho Fundo II	17.386
RA-XXII	Sudoeste/Octogonal	46.829
RA-XXIII	Varjão	5.945
RA-XXIV	Park Way	19.252
RA-XXV	Setor Complementar de Indústria e Abastecimento	14.497
RA-XXVI	Sobradinho II	71.805
RA-XXVII	Jardim Botânico	25.00
RA-XXVIII	Itapoã	46.252
RA-XXIX	Setor de Indústria e Abastecimento	Sem informação
RA-XXX	Vicente Pires	17.000

Fonte: CODEPLAN, 2010.